

Fundação Bunge

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros da
Fundação Bunge

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Bunge (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Bunge em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME (R1)) e com a interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME (R1)) e com a interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de março de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Enrico Prado
Contador
CRC nº 1 SP 293147/O-8

FUNDAÇÃO BUNGE

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2022	2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2022	2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.449	22.862	Salários e encargos sociais	6	993	990
Outros ativos		-	9	Contas a pagar	7	1.146	815
Total do ativo circulante		<u>17.449</u>	<u>22.871</u>	Total do passivo circulante		<u>2.139</u>	<u>1.805</u>
NÃO CIRCULANTE				- PATRIMÔNIO SOCIAL			
Titulos e Valores Mobiliários	4	5.967	-	Patrimônio social		<u>21.283</u>	<u>21.074</u>
Imobilizado	5	<u>6</u>	<u>8</u>	Total do patrimônio social	10	<u>21.283</u>	<u>21.074</u>
Total do ativo não circulante		<u>5.973</u>	<u>8</u>				
TOTAL DO ATIVO		<u><u>23.422</u></u>	<u><u>22.879</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO SOCIAL		<u><u>23.422</u></u>	<u><u>22.879</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO BUNGE

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2022	2021
RECEITAS OPERACIONAIS	11	6.835	6.592
CUSTO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	12	(6.000)	(4.475)
RESULTADO BRUTO		<u>835</u>	<u>2.117</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	12	(2.145)	(2.140)
Despesas gerais e administrativas	12	(388)	(643)
Outras despesas	12	<u>(185)</u>	<u>(23)</u>
		(2.718)	(2.806)
DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(1.883)</u>	<u>(689)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	13	2.614	981
Despesas financeiras	13	(522)	(226)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		<u>209</u>	<u>66</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO BUNGE

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	21.008	-	21.008
Superávit do exercício		66	66
Transferência de superávit de recurso sem restrição	66	(66)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>21.074</u>	<u>-</u>	<u>21.074</u>
Superávit do exercício		209	209
Transferência de superávit de recurso sem restrição	209	(209)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u><u>21.283</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>21.283</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO BUNGE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	209	66
Ajuste ao superávit do exercício:		
Depreciação	2	2
Receita de juros com aplicações financeiras	(71)	-
Variações nos ativos e passivos:		
Outros ativos	9	10
Salários, provisões e encargos sociais	3	(365)
Contas a pagar	331	681
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>483</u>	<u>394</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	<u>(5.896)</u>	-
Caixa líquido Aplicado nas atividades de investimento	(5.896)	-
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(5.413)</u>	<u>394</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.862	22.468
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	17.449	22.862
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(5.413)</u>	<u>394</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO BUNGE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Bunge (“Entidade” ou “Fundação”), criada em 30 de setembro de 1955, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede localizada na Rua Diogo Moreira, 184, 5º andar, Pinheiros, São Paulo - SP. Foi criada, inicialmente, com o objetivo principal de incentivo à educação em seus diversos campos, como Ciências, Letras e Artes, no País. Atualmente, atua no desenvolvimento sustentável, no entanto, sem deixar de lado a educação, transformando suas ações nessas áreas em instrumentos que propiciam a geração de ideias inovadoras.

Para concretizar seus objetivos, a Entidade possui projetos que visam ao incentivo à educação e ao desenvolvimento sustentável, por meio de ações sociais e da realização de diagnósticos e estudos em socioeconômica, com implementação de planos de gestão integrada para orientar o investimento social privado de forma articulada, com as comunidades e necessidades de cada território. Também possui um programa de valorização da história do Grupo Bunge no Brasil e sua inserção nos âmbitos da indústria, da navegação e do agronegócio no País, com papel essencial no desenvolvimento dessas áreas em seus mais de 100 anos de atuação.

Os recursos para o desenvolvimento de suas atividades são obtidos por meio de contribuições das Empresas Mantenedoras, por ações ligadas às suas atividades.

A Entidade, por não ter fins lucrativos, está isenta dos tributos incidentes sobre o patrimônio, a renda ou os serviços e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, conforme disposto nos artigos 150, inciso VI, alínea “c”, e 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E BASE DE ELABORAÇÃO

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, as quais abrangem a legislação societária brasileira e o pronunciamento técnico CPC PME (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com a interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O superávit (déficit) é apurado pelo regime de competência, com exceção das receitas de contribuições, uma vez que, por não ter fins lucrativos, a Entidade auferida das Empresas Mantenedoras parte substancial de suas receitas de contribuições, sendo registradas contabilmente quando do seu efetivo recebimento em caixa.

b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais - R\$, moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade opera.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

d) Imobilizado

Registrado ao valor de custo de aquisição, deduzido de depreciação e, quando aplicável, perda por redução ao valor de recuperação. A depreciação tem início quando o imobilizado começa a ser utilizado.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada período de relatório, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

No fim de cada período de relatório, o valor contábil dos ativos é revisado para determinar se há alguma indicação de que eles sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

f) Passivo circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

g) Provisões

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, em que é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h) Instrumentos financeiros

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC PME (R1), a Fundação optou pela aplicação das disposições integrais das Seções 11 e 12, em sua totalidade, na escolha de sua política contábil sobre instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Fundação possuía somente instrumentos financeiros básicos e sem complexidade. Dessa forma, a Seção 12 do referido pronunciamento técnico torna-se não aplicável, haja vista referir-se a outros instrumentos financeiros mais complexos.

Classificação

A Seção 11 do pronunciamento técnico CPC PME (R1) exige o método do custo amortizado para todos os instrumentos financeiros básicos.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou contratados. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os instrumentos financeiros compreendem o caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4).

Em fevereiro de 2022, o Conselho Administrativo da Fundação Bunge deliberou para a criação de um Comitê de Investimentos com especialistas do mercado financeiro que acompanha e avalia as possibilidades de aplicação dos recursos mantidos na reserva financeira desta instituição. Tal comitê atua de forma consultiva, reunindo-se periodicamente e registrando em ata as sugestões dos melhores investimento para deliberação do conselho administrativo em suas respectivas reuniões ordinárias.

Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os passivos financeiros compreendem contas a pagar (nota explicativa nº 7) e estes são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

i) Receitas Operacionais

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida pela mantenedora da Fundação no curso normal das atividades da entidade. A receita é apresentada líquida de quaisquer deduções.

A Fundação reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Fundação.

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem, basicamente, despesas bancárias, multas e juros, além de imposto de renda sobre rendimentos de aplicações financeiras.

k) Tributação

A Entidade não tem fins lucrativos e é isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacam-se os seguintes: (a) Programa de Integração Social - PIS: contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamento; e (b) COFINS: isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social e sobre as receitas financeiras segundo a legislação vigente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bancos	6	16
Aplicações financeiras de liquidez imediata (*)	<u>17.443</u>	<u>22.846</u>
Total	<u><u>17.449</u></u>	<u><u>22.862</u></u>

(*) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas por investimentos indexados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor com taxas aproximadas de 99,5% a 101% do CDI (97,6% do CDI em 2021), e por uma aplicação automática do Banco Itaú S.A. e Banco Bradesco S.A. por meio de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs com rentabilidade crescente de acordo com o tempo de permanência dos recursos em conta corrente. Os resgates ocorrem automaticamente sempre que a conta corrente apresentar saldo negativo e a aplicação for totalmente garantida pelo Banco Itaú S.A e Banco Bradesco S.A.

b) Títulos e Valores Mobiliários

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Títulos de renda fixa em moeda nacional	<u>5.967</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>5.967</u></u>	<u><u>-</u></u>

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em aplicações financeiras de baixo risco e são substancialmente remunerados com base em percentuais de Inflação (IPCA) + taxa de juros fixa (6%) com liquidação para 2026 junto ao Banco Bradesco S.A. O Valor registrado em 31 de dezembro de 2022, corresponde ao valor justo por meio do resultado apresentado em extrato bancário.

5. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	2022			2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Móveis e utensílios	10	<u>175</u>	<u>(169)</u>	<u>6</u>	<u>175</u>	<u>(167)</u>	<u>8</u>
Total		<u>175</u>	<u>(169)</u>	<u>6</u>	<u>175</u>	<u>(167)</u>	<u>8</u>

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é como segue:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	8	10
Depreciação	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>6</u>	<u>8</u>

6. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2022	2021
Férias a pagar	283	248
Gratificações a pagar	585	642
Encargos sociais	111	86
Outros	<u>14</u>	<u>14</u>
Total	<u>993</u>	<u>990</u>

7. CONTAS A PAGAR

	2022	2021
Fornecedores de serviços	1.125	703
Contas a pagar com a Bunge Alimentos S.A. (*)	<u>21</u>	<u>112</u>
Total	<u>1.146</u>	<u>815</u>

(*) Referem-se à cobrança de gastos compartilhados com a Bunge (vide nota explicativa nº 9), através de nota de débito.

8. PROVISÃO PARA RISCOS

Não existem processos com riscos prováveis e possíveis de perda em nome da Entidade.

As declarações de rendimentos dos últimos cinco exercícios sociais e os impostos e as contribuições com períodos variáveis de prescrição estão sujeitos à revisão pelas autoridades competentes.

9. PARTES RELACIONADAS

a) Transações

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Doações recebidas:		
Bunge Alimentos S.A.	<u>6.601</u>	<u>6.419</u>
Total	<u><u>6.601</u></u>	<u><u>6.419</u></u>
Custos Compartilhados e Reembolsos:		
Bunge Alimentos S.A.	<u>(425)</u>	<u>(554)</u>
Total	<u><u>6.176</u></u>	<u><u>5.865</u></u>

b) Saldos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas a pagar de gastos compartilhados (nota explicativa nº 7):		
Bunge Alimentos S.A.	<u>21</u>	<u>112</u>
Total	<u><u>21</u></u>	<u><u>112</u></u>

10. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Fundação é composto pelos bens e valores doados pelas Empresas Mantenedoras, por empresas coligadas e/ou terceiros, para garantir à Fundação a consecução de seus fins, bem como pelos bens e valores provenientes de qualquer outra origem.

O superávit do exercício sem restrição é transferido anualmente para a rubrica “Patrimônio social” da Fundação.

11. RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Doações	6.652	6.485
Receitas com trabalhos voluntários	<u>183</u>	<u>107</u>
Total	<u><u>6.835</u></u>	<u><u>6.592</u></u>

a) Remuneração do pessoal-chave e voluntariado

O Presidente do Conselho de Administração e os membros dos Conselhos de Administração e do Conselho Fiscal exercem suas atividades de forma voluntária, sem receber nenhuma remuneração nem benefícios, assim como profissionais do Grupo Bunge que eventualmente colaboraram com as ações listadas na nota explicativa nº 12.

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação teria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na interpretação ITG 2002 (R1), a Fundação passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive membros integrantes dos órgãos da Administração. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo “Receitas operacionais” em contrapartida do grupo “Despesas operacionais”.

No exercício de 2022, a Fundação recebeu trabalhos voluntários de membros integrantes dos órgãos da Administração, no exercício de duas funções administrativas e fiscais, os quais seriam equivalentes ao valor justo total de R\$55 (R\$19 em 2021). Ainda, a Fundação recebeu trabalhos voluntários no âmbito do Programa Comunidade Educativa, cujos voluntários nos exercícios de suas funções lúdicas e recreativas teriam o valor equivalente justo total de R\$128 (R\$88 em 2021).

12. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários e gratificações	(2.064)	(1.954)
Férias	(208)	(165)
13º salário	(137)	(115)
Benefícios a empregados, encargos e contribuições	(1.573)	(1.587)
Despesas com viagens e passagens aéreas	(115)	(51)
Depreciação	(2)	(2)
Gastos com mídia	(36)	(32)
Reuniões e eventos	(224)	(166)
Serviços especializados e assessoria jurídica	(2.764)	(2.100)
Doações	(438)	(451)
Despesas com trabalhos voluntários	(183)	(107)
Serviços Profissionais TI	(15)	(20)
Outros	(959)	(531)
Total	<u>(8.718)</u>	<u>(7.281)</u>
Classificadas em:		
Custo das atividades operacionais:		
Prêmio Fundação Bunge	(1.031)	(787)
Centro de Memória Bunge	(965)	(1.062)
Semear Leitores – voluntariado (a)	(1.265)	(664)
Comunidade integrada (b)	(1.589)	(660)
Despesas com trabalhos voluntários	(183)	(88)
Comunicação	(674)	(890)
Campanha Cestas e Livros (c)	(54)	(324)
Sustentabilidade	(239)	-
Subtotal	(6.000)	(4.475)
Despesas com pessoal	(2.145)	(2.140)
Despesas gerais e administrativas	(388)	(643)
Outras despesas	(185)	(23)
Total	<u>(8.718)</u>	<u>(7.281)</u>

- (a) O aumento em Semear Leitores – voluntariado se deve a retomada em 2022 de atividades presenciais suspensas a partir de 2020 em função do COVID-19 e a estruturação de dois espaços de leitura em São Paulo - SP.
- (b) O aumento em Comunidade integrada se deve a ampliação para duas novas frentes de atuação. No âmbito de formação de jovens e adolescentes da cidade de São Paulo – SP em parceria com a Academia Bunge (centro de excelência em panificação da Bunge Alimentos S.A.) e; início do projeto REDES com foco em formação e empregabilidade na área industrial na cidade de Rio Grande – RS, em parceria com o IFRS-Instituto Federal do Rio Grande do Sul.
- (c) Campanha cestas e livros foi um projeto executado entre junho e dezembro de 2022 pela Fundação Bunge para arrecadação de recursos junto aos colaboradores Bunge e a própria Bunge Alimentos S.A., visando minimizar os impactos da pandemia na vida de famílias em situação de vulnerabilidade através da entrega de cestas básicas e livros.

13. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos com aplicações financeiras	2.614	981
Total	<u>2.614</u>	<u>981</u>
Despesas financeiras:		
Imposto sobre aplicações financeiras	(492)	(219)
Outras	(30)	(7)
Total	<u>(522)</u>	<u>(226)</u>

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade mantém aplicações financeiras de liquidez imediata no montante de R\$17.443 na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” (R\$22.846 em 2021) e R\$5.967 na rubrica “títulos e valores mobiliários”) (R\$0 em 2021). O valor contábil desses instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais equivale aproximadamente a seu valor justo, considerando os critérios de atualização contratados. Durante esse exercício, a Entidade não realizou operações com derivativos.

Em virtude das características e da forma de operação, bem como da posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

É o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas a seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é garantir que ela sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação. Esse risco é considerado baixo pela Administração.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Entidade auferir ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras. Esse risco é considerado baixo pela Administração.

15. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 1º de Março de 2023, o Conselho de Administração da Fundação autorizou a divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
